



“EM TEMPOS DE INCLUSÃO, ONDE ELES ESTÃO?” A REALIDADE SOCIAL DOS INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE VALENÇA – BA

Nicoleta Mendes de Mattos

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

nicoletamattos@hotmail.com

Sílvia Lopes Benevides

Universidade do Estado da Bahia - UNEB

silvialubenevides@gmail.com

RESUMO

A pesquisa, desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Educação Especial e Inclusão – NUPESPI, objetiva mapear a realidade social das pessoas com deficiência da cidade de Valença – BA, identificando como o acesso e utilização desses bens vem se desenvolvendo na região, subsidiando a elaboração de ações quanto a propostas de serviços diferenciados que intervenham nas condições sociais incapacitadoras. O referencial teórico inclui autores que problematizam a questão da inclusão social: Amaral (1995, 1998), Sasaki (2007), Glat & Pletsch (2004), entre outros. Apresenta caráter empírico-exploratório de natureza quanti-qualitativa. Utiliza um questionário e entrevistas semi-estruturadas, ancorados no conceito de acessibilidade na perspectiva do Desenho Universal. O quantitativo refere-se à participação de pessoas com deficiência nos serviços oferecidos e as condições desses serviços. A análise qualitativa, em curso, baseia-se no Método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977). A pesquisa se encontra em fase de execução. Os resultados preliminares confirmam as indicações de outras pesquisas referentes à situação em que se encontra o processo de inclusão social das pessoas com deficiência no Brasil, qual seja, a falta de serviços destinados a essa população. Com a pesquisa, espera-se aprofundar a compreensão dos modos de organização dos atendimentos, bem como indicar pistas sobre os desafios no processo de inclusão social.



Diversos autores vêm apontando há algum tempo para a necessidade de se buscar compreender, para além do conceito, o contexto no qual a situação de deficiência emerge, uma vez que defendem a compreensão de que toda deficiência é sempre social (Amaral, 1995, 1997, 1998; Aranha, 1998, 2001; Mattos, 2002; Moreira, 2003). No estudo deste contexto, se expressa o reconhecimento de que as diferenças existem e precisam ser problematizadas. As diferenças não são um conjunto monolítico e único, mas ao contrário, são constituídas por uma multiplicidade de modos de pensar, sentir e agir; na diversidade, é fundamental o respeito, a valorização e o convívio (nem sempre harmonioso) das diferentes identidades (Silva, 1999; Sennett in Aquino, 1998)

Assim, altera-se a ideia de que é a pessoa com deficiência que deve se adaptar à sociedade, normalizando-se. O movimento de inclusão social, ao contrário, defende que é a sociedade que deve se adaptar para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas que se encontram excluídas e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, num movimento dialético de construção de novos espaços sociais, no qual façam parte novos atores e novas práticas sociais (Sasaki, 2002; Crochik¹)

Neste processo, a universidade não pode ficar alheia ao movimento de inclusão por vários motivos: é a instituição produtora de conhecimento e uma das mais importantes instrumentalizadora das práticas sociais, formando quadros qualificados para a produção, aplicação e difusão de conhecimentos, e em última análise, formando ideologias. A produção e aplicação do conhecimento estão associadas à inclusão e à exclusão social de diversas maneiras, em vários níveis.

Enquanto instituição formadora, a universidade se constitui apoiada em três eixos: ensino, pesquisa e extensão. Especificamente sobre a pesquisa e a extensão, Glat e Pletsch afirmam que:

A segunda esfera de atuação da universidade é a produção de conhecimento através da pesquisa. A área da Educação, por tradição, tem privilegiado as chamadas pesquisas aplicadas, cujos resultados podem contribuir diretamente na transformação da realidade. (...) O terceiro eixo constitutivo da universidade é a extensão, vinculada intimamente ao ensino

¹ www.ip.usp.br/laboratorios/laep acesso em 21/04/2007.



e à pesquisa, porém, voltada diretamente para a sociedade. Projeta-se como um processo de inserção social consciente da universidade que implica em uma retroalimentação mútua entre a produção de conhecimento acadêmico e sua disseminação e concretização em práticas sociais. É na dimensão da extensão que se faz a tão necessária relação teoria-prática, que se manifesta em diversas formas: cursos, capacitações, consultorias, projetos aplicados, e inúmeras outras ações desenvolvidas pela universidade em diferentes comunidades, incluindo-se, certamente, projetos referentes à educação inclusiva (Glat e Pletsch, 2005²)

Torna-se, portanto imprescindível que os grupos de pesquisa e extensão universitários se organizem no sentido de promover uma ampla e contínua reflexão, produzindo instrumentos de esclarecimentos e informando a população sobre as possibilidades de aprendizado das pessoas com deficiências e que auxiliem na construção de políticas sociais de supressão de todas as barreiras físicas, programáticas, atitudinais e de comunicação para que as pessoas que se encontram excluídas possam ter acesso ao mundo educacional, do trabalho e do lazer e assim desenvolver-se pessoal, social, educacional e profissionalmente.

Com esse intento, O Núcleo de Pesquisa e Estudos sobre Educação Especial e Inclusão – NUPESPI, instalado em 2004 no Departamento de Educação – Campus XV da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, foi criado como um espaço destinado à pesquisa e extensão sobre a Educação Especial e Inclusão, contribuindo para a mobilização da comunidade acadêmica e em geral para essa questão quanto ao processo de inclusão educacional e social dos indivíduos com deficiência e/ou em situação de desvantagem social³.

² [www.ibc.gov.br/.../Nossos Meios RBC RevDez2004 Artigo1.rtf](http://www.ibc.gov.br/.../Nossos_Meios_RBC_RevDez2004_Artigo1.rtf), acesso em 07/02/2008.

³ O NUPESPI é coordenado pelas professoras Nicoleta Mendes de Mattos e Silvia Lúcia Lopes Benevides e tem como objetivos: contribuir para a sensibilização / mobilização da comunidade acadêmica e em geral quanto ao processo de inclusão educacional e social dos indivíduos com deficiência e/ou em situação de desvantagem social; desenvolver ações de pesquisa e de extensão voltadas para a reflexão, análise e intervenção em situações sociais e educacionais de pessoas com deficiência e/ou em situação de desvantagem social, tendo como princípio básico o movimento de inclusão; disponibilizar e fazer circular, através de encontros, apresentações de trabalhos e publicações os resultados das pesquisas e produções teóricas à comunidade; estabelecer parcerias com órgãos públicos e privados para efetivação das ações a serem desenvolvidas. Tem como público alvo alunos de Pedagogia e de Direito, professores da rede pública e privada que recebem alunos com necessidades educativas especiais, profissionais de Educação e Saúde, comunidade acadêmica do Campus XV e de outras faculdades da região e comunidade da região do Baixo-Sul.



O NUPESPI vem desenvolvendo uma série de ações voltadas para a reflexão, análise e intervenção em situações sociais e educacionais de pessoas com deficiência e/ou em situação de desvantagem e vulnerabilidade social, tendo como princípio básico o movimento de inclusão. Enquanto projeto de pesquisa e extensão, ele se organiza em função de suas atividades, com o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Especial e Inclusão – GEPEES, responsável pelo grupo de estudo e pela coordenação das pesquisas desenvolvidas, o Seminário Encontros com a Inclusão, atividade de sensibilização, reflexão e circulação de saberes sobre educação especial e inclusão, e o Antena XV, programa de rádio semanal numa rádio FM da cidade de Valença.

Em pesquisas anteriores (Mattos e Benevides, 1995; Mattos, 2002) verificamos a necessidade de se mapear a realidade educacional e sócio-cultural das pessoas com deficiência na cidade de Valença-BA, uma vez que há uma Insuficiência de dados e pesquisas sobre a realidade das práticas inclusivas no território do Baixo Sul do estado da Bahia, que sirvam de subsídios para as ações desenvolvidas não só nos cursos e projetos do Departamento, localizado nesta região.

Sabemos que o acesso aos bens sociais e culturais constitui-se ainda numa meta quase inatingível para grande parte dessa população. Segundo o censo do IBGE, em 2000, o Brasil possuía 24,6 milhões de pessoas com deficiência, o que representa 14,5% da população. Tomando por base o critério da Organização Mundial de Saúde - OMS, que define que 10% da população mundial porta algum tipo de deficiência, consideramos que o município de Valença (população média de 130.000 habitantes) tenha em torno de 13.000 habitantes com algum tipo de deficiência. Mas onde estão essas pessoas? Quem são? Quais atividades sociais desenvolvem?

Nesse sentido, a presente pesquisa, desenvolvida NUPESPI e financiada pelo Programa de Fortalecimento de Pesquisa – PROFORTE/UNEB (2009/2010)⁴, tem como objetivo identificar a realidade social das pessoas com deficiência no

⁴ Esta pesquisa conta com a participação de (uma) bolsista de iniciação científica e 04 (quatro) monitores voluntários



município de Valença-Ba, a partir do levantamento de dados estatísticos quanto à situação da pessoa com deficiência no sistema de educação e mercado de trabalho no nosso município, bem como as práticas desenvolvidas voltadas para a inclusão educacional, profissional e de lazer e políticas públicas desenvolvidas pelos poderes municipal, estadual e federal voltada para a inclusão, identificando também como o acesso e utilização desses bens pelas pessoas com deficiência vem se desenvolvendo na região.

SITUANDO O PROBLEMA

Historicamente, o trato a essas pessoas foi e ainda é, na maioria das vezes, discriminatório e pouco contribui para a propalada inclusão social. Embora se tenha avançado significativamente na produção científica e no tratamento e acompanhamento de indivíduos com deficiência, ainda temos um longo caminho a percorrer.

Ainda hoje, mesmo com toda a discussão e produção a respeito, a diferença é entendida como contrária à normalidade, como uma oposição que deve ser neutralizada, e não como uma outra possibilidade. Entre as pessoas que não se enquadram nos padrões sociais de normalidade e produtividade encontram-se não somente as pessoas com deficiência, mas os negros, os índios, os homossexuais, os pobres, as mulheres. Como afirma Amaral (1998) organizamos as práticas sociais a partir do padrão de normalidade construído em torno do indivíduo branco, do sexo masculino, bonito, saudável, rico e com uma inteligência lógico-matemática e verbal desenvolvida.

Nesse contexto, a maioria das pessoas se mantém a margem das novas compreensões, amparadas por uma mentalidade excludente, desconhecendo o que seja de fato a diferença. São pessoas comuns, que tratam as pessoas com deficiência pela lógica da falta e incompletude, como seres sem sentimentos e capacidades, como dignos de pena, que só se enquadrarão nas normas sociais se passarem por um processo de normalização, que devem ser afastados e protegidos, educados em instituições à parte (Wainer, 2001).



O processo de inclusão social é resultante da interação de fatores individuais e do meio onde as reações sociais dependem das características primárias das deficiências como dos aspectos estruturais e conjunturais da sociedade (Omote, 1994). É verdade que essa realidade não é homogênea, pois cada vez mais é possível identificar movimentos sociais que buscam alternativas concretas de inclusão social e educacional desses indivíduos, estabelecendo novos padrões de compreensão da diferença e propiciando a emergência de uma outra atitude, comprometida com a crença de que é a diversidade não só é possível como necessária.

Freire (apud Aronowitz, 1998:108), defende a transformação da sociedade, argumentando “(...) que os oprimidos não são “marginais” (grifo do autor) (...) vivendo fora da sociedade. Eles (elas) estão sempre “dentro” (grifo do autor) (...) da estrutura que fizeram deles (delas) seres para outros. A solução não é integrá-los (las) na estrutura de opressão, mas transformar a estrutura e então eles podem vir a ser seres para eles mesmos...”.

Essa transformação passa necessariamente pela remoção de barreiras socialmente impostas que se expressam nas práticas cotidianas, sejam elas físicas ou comportamentais. De acordo com Sasaki (2006), o conceito de Acessibilidade, que começou a ser utilizado recentemente, referindo-se à condição de acesso das pessoas com deficiência está no surgimento dos serviços de reabilitação física e profissional, no final da década de 40 do século passado. Este conceito, inspirado pelo paradigma do Desenho Universal⁵, vem se ampliando para além das barreiras arquitetônicas, como afirma o autor (2003):

Na década de 90, começou a ficar cada vez claro que a acessibilidade deverá seguir o paradigma do **desenho universal**, segundo o qual os ambientes, os meios de transporte e os utensílios devem ser projetados para todos (portanto, não apenas para pessoas com deficiência). E, com o advento do paradigma da inclusão e do conceito de que a diversidade

⁵ Originalmente, o conceito de Desenho Universal se desenvolveu entre os profissionais da área de arquitetura da Universidade da Carolina do Norte - EUA, no início da década de 1980, com objetivo de definir um projeto de produtos e ambientes para ser usado por todos, na sua máxima extensão possível, sem necessidade de adaptação ou projeto especializado para pessoas com deficiência, designando, portanto, uma forma de conceber produtos, meios de comunicação e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades (Bahia, 2006; Sasaki, 2003, 2006, 2009).



humana deve ser acolhida e valorizada em todos os setores sociais comuns, hoje entendemos que a acessibilidade não mais se restringe ao aspecto arquitetônico, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico. (p. 112)

Ainda segundo o autor (2006, 2009), a acessibilidade prevê seis dimensões, inspirada pelo combate às barreiras arquitetônicas. As seis dimensões são: arquitetônica, atitudinal, comunicacional, metodológica e instrumental.

A dimensão arquitetônica pressupõe a ausência de barreiras físicas. A reordenação do espaço físico, seja ele institucional ou da comunidade, deve contemplar as diversas necessidades de locomoção e acessibilidade de pessoas, com deficiência ou com dificuldade de locomoção. Isso exige a formulação de políticas que defendam a criação e execução de um projeto físico e arquitetônico que atenda à toda a comunidade.

A dimensão atitudinal refere-se a ações que visem o enfrentamento do preconceito, estereótipos, estigmas e da discriminação nas práticas cotidianas, fruto do desconhecimento e mesmo negação das questões ligadas à inclusão para além do âmbito interpessoal. Refere-se a mudanças na mentalidade social existente acerca da deficiência e das pessoas com deficiência.

A dimensão comunicacional se coloca como suporte para divulgação e orientação de ações, mudanças e instalação de novas atitudes. Não é possível pensar numa mudança de uma política institucional se há barreiras na comunicação entre pessoas. Nesse sentido, é preciso pensar o (re) aparelhamento de toda instituição a partir das necessidades comunicacionais.

A dimensão metodológica prevê a ausência de barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.. Esta dimensão, especificamente nas instituições educacionais, relaciona-se com a reorganização dos currículos para que contemplem o modelo da educação inclusiva, a partir da compreensão do currículo como um projeto político. É preciso desenvolver uma política educacional que tenha o projeto inclusivo como referência maior de formação de cidadãos, com a criação de propostas de práticas pedagógicas alternativas que contemplem diferentes modos de aprendizagem, de acesso ao conteúdo e de avaliação.



A dimensão instrumental pressupõe a ausência de barreiras no que diz respeito ao uso de instrumentos, ferramentas, utensílios etc.. Finalmente, e não menos importante, a dimensão programática refere-se à ausência de barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.

Vivemos numa sociedade onde os direitos humanos básicos são ainda rotineiramente negados a segmentos expressivos da população mundial, nos quais se encontram muitos dos 600 milhões de crianças, mulheres e homens com deficiência (Carvalho, 2000), sem informação, sem recursos financeiros e sem apoio dos poderes públicos, que vivem num contexto no qual a sobrevivência é a principal luta cotidiana, o que torna difícil acolher a diversidade e a deficiência. Torna-se mais fácil mantê-los à parte do convívio social.

Por isso, urge identificar como essa realidade se organiza, quais as configurações possíveis. Entendemos que para a construção de estratégias eficazes de inserção social, é necessário conhecer a realidade social das pessoas que dela se beneficiam.

O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa apresenta caráter empírico-exploratório de natureza quanti-qualitativa. O aspecto quantitativo, levantado a partir de um questionário, indicou a participação de pessoas com deficiência nos serviços a elas destinados, tipos de deficiências, escolaridade, atividade exercida, o grupo que possui uma maior e menor participação em atividades sociais. A abordagem qualitativa, em curso, baseiou-se no Método de Análise de Conteúdo (Bardin, 1977) a partir de entrevistas semi-estruturadas, referenciadas no conceito de acessibilidade na perspectiva do Desenho Universal (Sasaki, 1997; Bahia, 2006) bem como da identificação da ideologia institucional, através de análise documental, também em curso, que permitirá aprofundar a compreensão dos modos de organização dos atendimentos, bem como indicar algumas pistas sobre os impasses e desafios no processo de inclusão social e educacional.



O trabalho iniciou com o mapeamento das instituições associadas às áreas escolhidas para a investigação (educação, trabalho e lazer). Feito isso, realizamos um contato prévio com as instituições, pelo telefone ou pessoalmente, para o agendamento das visitas dos monitores. Nesta primeira etapa, foram aplicados 26 questionários. Paralelamente, iniciamos o grupo de estudo com os alunos monitores do projeto.

Na área de educação, foram pesquisadas cinco instituições: uma (1) municipal, duas (2) privadas e duas (2) mistas. Na área do trabalho, foram pesquisadas 15 instituições: uma (1) mista, duas (2) estaduais, (13) treze privadas. Na área de lazer, foram pesquisadas duas (2) instituições públicas.

RESULTADOS PRELIMINARES

Área de Pesquisa: Educação

Até o momento, já podemos identificar algumas tendências na área da educação. Sendo duas Instituições sem fins lucrativos / econômicos, de caráter religioso e somente nessas existem setores responsáveis especificamente por atividades voltadas para a pessoa com deficiência, o que traduz um percentual de 40%. As outras três instituições (60%) revelam não apresentar nenhum tipo de serviço ou atividade voltada para a pessoa com deficiência.

As ações voltadas para as pessoas com deficiência desenvolvidas por essas duas instituições têm abrangência municipal, tratando-se de trabalho voluntário, envolvendo de 11 a 50 pessoas aproximadamente. Somente nessas é dado treinamento de sensibilização para voluntários que atuam em programas que incluam pessoas deficientes. Os responsáveis pelas informações dessas instituições revelam que tem conhecimento do funcionamento de um sistema no qual pessoas com deficiência possam levar suas preocupações aos escalões decisórios em assuntos de: educação – atividade profissional - lazer e recreação. Os demais desconhecem tal funcionamento e sinalizam a existência de Comitê ou Comissão Consultivo de: Educação, trabalho, Lazer e Recreação, em que façam parte pessoas



com deficiência. No entanto, respondem que esse Comitê não elabora políticas baseadas nas necessidades identificadas por pessoas com deficiência.

Somente nas duas instituições religiosas há disponibilidade suficiente de intérpretes da língua de sinais em sua comunidade para atuarem nos eventos públicos, nas outras três não existem intérpretes.

100% das instituições não contam com acervo bibliográfico que atenda às pessoas cegas, surdas ou com baixa visão.

Os entrevistados afirmam desconhecer a existência desse serviço na cidade. Três entrevistados (60%) respondem que as bibliotecas públicas não possuem publicações referentes à questão das deficiências, bem como não possuem fitas de vídeo com legendas para uso de pessoas surdas e pessoas com dificuldade para ouvir ou fitas de vídeo com as respectivas narrações para uso de pessoas cegas e pessoas com baixa visão. As outras duas revelam não saber.

Estes resultados preliminares demonstram que as ações educativas voltadas para as pessoas com deficiência no município de Valença ainda continuam restritas às instituições religiosas. A falta de informação, de serviços e estrutura voltados para a acessibilidade em cursinhos pré-vestibular sinalizam que o acesso a tal serviço ainda está distante da realidade das pessoas com deficiência em Valença.

Área de pesquisa: Trabalho

Das instituições pesquisadas, 60% não mantêm programas e/ou atividades voltadas para as pessoas com deficiência. Dos 40% que mantêm algum tipo de atividade, na sua maioria (82%) está sob a responsabilidade dos setores de Recursos Humanos. São programas que se restringem ao acompanhamento de funcionários com algum tipo de deficiência, não havendo atividade de sensibilização, informação ou orientação para os membros da empresa. 33% das empresas mantêm em seus quadros de 01 a 10 funcionários com deficiência e desses, apenas 01 funcionário se encontra em atividade especializada.

De modo geral, encontramos uma falta de informação muito grande sobre as especificidades relacionadas à empregabilidade das pessoas com deficiência, no que diz respeito a equipamentos, qualificação e legislação. Os resultados



preliminares apontam para a falta de condições de acolhimento e de condições adequadas de trabalho da pessoa com deficiência nestas instituições.

Área de pesquisa: Lazer

As duas instituições pesquisadas, uma pública e outra privada, não apresentam condições mínimas de acessibilidade, não existem rampas, equipamento adaptado, ou qualquer outro material acessível. Ao serem perguntados sobre o acesso de pessoas com deficiência às suas instalações, os entrevistados indicaram que não havia nenhuma política ou mesmo orientação nesse sentido.

ALGUMAS CONCLUSÕES

De forma geral, todos os entrevistados, em todas as áreas, concordam com a necessidade de inclusão social das pessoas com deficiência, mas revelaram desconhecer, ou mesmo ignorar quais as medidas adequadas para tornar os serviços que representam em serviços acessíveis a todos. Muitos atribuíram a responsabilidade dessas mudanças ao governo, seja do município ou de outras instâncias. Mesmo os entrevistados que representavam essas instâncias não se sentiam pessoalmente implicados.

Sabemos que o movimento de inclusão é algo relativamente novo, que implica em mudanças de olhar e de lugar, e como tudo o que é novo, traz consigo dúvidas e incertezas, e gera desconforto e angústia em muitas pessoas. Para que se possa aceitar uma mudança, é preciso acolher tudo o que ela traz, os avanços e as dificuldades. É necessário entendê-la como um processo de tentativas, construções e re-construções cotidianas.

Por outro lado, é preocupante a falta de políticas públicas e de serviços voltados para as pessoas com deficiência na cidade de Valença, que se traduz na dificuldade dos entrevistados de atribuir a responsabilidade pelo processo inclusivo.

Nesse sentido, acreditamos que a Universidade deve ter como responsabilidade a instituição de um espaço de reflexão e produção não de soluções e receitas prontas, mas de inclusão das dificuldades e dos diversos modos de



organização desenvolvidos pelos diversos segmentos sociais quanto à pessoa com deficiência. A Universidade tem o papel de auxiliar a comunidade na qual se encontra a encontrar possibilidades, Deve fomentar a interlocução entre os diversos setores da comunidade, ampliando o leque de informação sobre a inclusão, estimulando e promovendo a sua circulação, participando assim na produção da inclusão social (Mrech, 2001).

Rosana Glat (1998:28) em seu artigo, *Inclusão total: Mais uma utopia?* Considera que “sem uma mudança estrutural no sistema educacional brasileiro, a inclusão dos portadores de deficiências, principalmente os mais prejudicados”, por possuírem seqüelas físicas e mentais mais graves, “nunca será concretizada”. Gadotti (1998, p. 30), citando Freire, defende que “o conhecimento não é libertador por si mesmo. Ele precisa estar associado a um compromisso político em favor da causa dos excluídos”.

Sassaki (2006, p. 10) observa que as principais resistências existentes, tanto no âmbito escolar como em outros setores, têm como origem o desconhecimento ou informações equivocadas a respeito do paradigma da inclusão.

Com um pensamento de Freire (1996), concluímos:

Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo. Se sou puro produto da determinação genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-me no mundo e se careço de responsabilidade não posso falar de ética. Isto não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa que somos seres condicionados, mas não determinados. Reconhecemos que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável (Freire, apud Mc Laren, 1998, p. 20).

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete. *A inclusão social da criança especial*. <http://www.entreamigos.com.br/textos/inclusoc/crianesp.htm> acesso em 24/06/2000.

ARANHA, Maria Salete. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*. nº 21, 2001



AMARAL, Lígia Assumpção. *Conhecendo a deficiência* (em companhia de Hercules)... São Paulo: EDITORA, 1995.

AMARAL, Lígia Assumpção. *História da exclusão - e de inclusão?* Na escola pública in Conselho Regional de Psicologia. (Org.). EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DEBATE. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e superação in AQUINO. Júlio Groppa. *Diferenças e preconceitos na escola - alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editora, 1998.

AQUINO. Júlio Groppa. *Diferenças e preconceitos na escola - alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editora, 1998.

BAHIA, Melissa. Acessibilidade e desenho universal. In: _____. *Responsabilidade social e diversidade nas organizações*. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Ministério da Educação. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica* / Secretaria de Educação Especial – MEC: SEESP, 2001.

CROCHIK, José Leon. *Projeto de Pesquisa: preconceito e atitudes em relação à educação inclusiva* - Instituto de Psicologia – USP - Laboratório de estudos sobre o preconceito LAEP. www.ip.usp.br/laboratorios/laep Acesso em 15/05/2007.

GADOTTI, M. As muitas lições de Paulo Freire. In: MCLAREN, Peter [et al]. *Paulo Freire - Poder, Desejo e Memórias da Libertação*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GLAT, Rosana. *Inclusão Total: Mais uma Utopia?* In: Revista Integração 20: 26-28, Brasília, DF, 1998.

MCLAREN, Peter [et al]. *Paulo Freire - Poder, Desejo e Memórias da Libertação*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MATTOS, Nicoleta Mendes de e BENEVIDES, Sílvia Lúcia Lopes. A escolha de um referencial teórico-metodológico no ensino especial e as implicações decorrentes das concepções de deficiência mental envolvidas nesta escolha: algumas considerações. Trabalho apresentado no XVII Congresso Nacional das APAEs, Salvador – BA, 1995.

MATTOS, Nicoleta Mendes de. O enfrentamento social das diferenças: lidando com a deficiência. texto mimeo, 2002.



MATTOS, Nicoleta Mendes de. *Concepções de deficiência e prática pedagógica: um estudo sobre a inserção do aluno com deficiência em escolas regulares da cidade de Valença – BA.* (Dissertação Mestrado) UFBA/UESC, Ilhéus, 2002.

MRECH, Leny Magalhães. *Os desafios da educação especial, o plano nacional de Educação e a universidade brasileira.* Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.br/>. Acesso em 24/08/01.

MOREIRA, Laura Ceretta. A universidade e o aluno com necessidades educativas especiais: reflexões e proposições In RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri e BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de. *Educação especial: do querer ao fazer*, p. 81-93. São Paulo: AVERCAMP, 2003.

OMOTE, Sadao. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Piracicaba: UNIMED, Nº 2, vol. I, 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação profissional e emprego de pessoas com deficiência mental pelo paradigma da inclusão. In: Maria Helena Alcântara de Oliveira e outros. *Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais*. Brasília: Apae-DF, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Pessoas com deficiência: o mercado de trabalho numa perspectiva inclusiva.* www.isal.camarajf.mg.gov.br/inclusao/artigos/pessoas_deficiencia_mercado.html acesso em 12/05/2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SENNETT, Richard. Diferença e preconceito: a efetividade da norma in AQUINO. Júlio Groppa. *Diferenças e preconceitos na escola - alternativas teóricas e praticas*. São Paulo: Summus Editora, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri e BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de. *Educação especial: do querer ao fazer*, p. 81-93. São Paulo: AVERCAMP, 2003.